

**O Laboratório de Apoio à Pesquisa Histórica da Infância e Adolescência -
LAPHIA**

AILTON JOSÉ MORELLI*

O século XX pode ser visto como aquele em que as crianças e os adolescentes ocuparam um amplo destaque na sociedade ocidental. De forma direta ou não, tornaram-se o centro das atenções para as famílias, para especialistas de diferentes áreas, além de seu importante papel em órgãos internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Os historiadores Ariès (1981) e Perrot (1991), analisando a família na Europa, na Idade Moderna, introduzem e aprofundam questões quanto às mudanças que ocorrem em relação à infância. A família, nos séculos XVIII e XIX, na Europa, passa por profundas transformações, e os filhos recebem atenção cada vez maior, em virtude da preocupação de prepará-los para a nova sociedade. É o período de consolidação da sociedade capitalista, quando os debates e a implantação de medidas relacionadas com a formação do cidadão e com a formação de mão-de-obra promovem algumas dessas mudanças. Este processo envolveu algumas áreas diretamente relacionadas com a infância, tais como: o combate à mortalidade infantil, através de ações da assistência social e da saúde em conjunto com a pediatria e a puericultura; a formação moral, trabalhada intensamente nas escolas; e o controle direto de crianças e adolescentes em conflito com a lei, os direitos da chamada minoridade.

A imagem das crianças ganhava cada vez mais destaque em diversas formas de propaganda política. Essa é uma tendência forte desde o final do século XIX no Brasil, percebida nos discursos referentes à importância da infância e à necessidade de condições de acesso à saúde, à educação e futuramente ao trabalho. Os discursos e a produção de estudos, não as ações, ganham espaço, independentemente da orientação política. Por outro lado, o desenvolvimento dessa produção não se reflete diretamente na

* Universidade Estadual de Maringá, doutor em História Econômica (USP).

relação dos adultos com as crianças. A repressão, o controle e o descaso são mais evidentes em uma sociedade que inicia o século XX com fortes traços da herança escravocrata e sem tradição na democracia e no Estado de Direito.

No Brasil, mesmo com a expansão urbana nas principais cidades, a infância não possui um histórico de medidas governamentais efetivas, apesar de encontrarmos muitos discursos em defesa de ações voltadas à sua proteção e desenvolvimento (MORELLI, 1996). Os estudos das políticas de saúde (IYDA, 1994; RIBEIRO, 1993) e da educação, por exemplo, demonstram a predominância da iniciativa privada na oferta desses serviços. As ações desenvolvidas pelas entidades assistenciais eram significativas, pois permitiam que filhos de famílias pobres pudessem ter atendimento médico e educação gratuitos, de forma caritativa, o que, afinal, já em meados do século passado era defendido como um direito.

As mudanças internacionais, após a Segunda Guerra, com novas diretrizes políticas relacionadas ao Estado de bem-estar social, deram novo alento aos movimentos sociais. Estes, no Brasil, ganhavam força na abertura democrática, ainda no início e tímida, e forçavam o governo brasileiro a ampliar o acesso da população à saúde e à educação, bem como a adotar novas medidas no combate à pobreza.

A partir das décadas de 1950-1960, a urbanização do país entra em nova fase de organização, configurando um projeto federal. Com os projetos de colonização desenvolvidos desde o século XIX e o forte apelo da marcha para o Oeste do governo Vargas, busca-se firmar o Brasil como um país urbanizado. Exigindo mudanças nas ações governamentais e implementando um caráter profissional, inicia-se um afastamento entre as políticas públicas e as entidades de assistência social, reorganizando e ampliando o serviço público de saúde, através do aumento da rede de postos de saúde, de puericultura e hospitais (IYDA, 1994), e, também, com a ampliação da rede de ensino, incluindo o ensino médio e universitário. A educação infantil permaneceu quase totalmente restrita às creches, e estas, em sua maioria, eram mantidas por entidades assistenciais ou pertenciam à rede particular.

Em meados da década de 1970, inicia-se um período de grande produção e publicação de estudos derivados das ações governamentais. Alguns fatores ajudam a entender a proliferação das pesquisas relacionadas às políticas, em geral, e à infância, em particular. Entre elas, verificam-se as possibilidades de reorganização dos serviços

públicos, das instituições, a relação mais íntima da academia com os órgãos executores das políticas sociais, dada a exigência de profissionais formados em toda a rede de serviços, e o aumento dos programas de pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento. Por outras palavras,

O processo de redemocratização, nos anos 80, e a preocupação em “reformatar o Estado” no sentido de democratizar o acesso a serviços e à participação política deram impulso a uma grande quantidade de trabalhos que centraram seu esforço analítico no exame de políticas setoriais, não apenas para interpretá-las, mas, sobretudo, para propor alternativas de desenho institucional. (HOCHMAN, ARRETCHE, MARQUES, 2007, p. 14)

Essa produção foi originada, portanto, principalmente entre profissionais de áreas com possibilidade de atuação e de intervenção diretas na questão da infância, apresentando a tendência de voltar-se aos problemas relacionados às características do atendimento e da clientela sob diversos ângulos.

Na produção historiográfica percebe-se uma trajetória um pouco diferente. Sem envolvimento direto com o atendimento à criança, os historiadores se voltaram para esta questão a partir do interesse na análise das organizações familiares, das instituições e da exploração econômica.

Os debates na historiografia mundial na segunda metade do século XX ampliaram os horizontes das pesquisas, seguindo o projeto de uma “história total” e, para tanto, exigindo o empenho dos historiadores no enfrentamento de metodologias que permitissem tratar as fontes de tal forma que o mundo passasse a ser o seu campo de estudo. Os novos objetos para a História, assim, não possuíam mais limites. Esse ímpeto está claro nos discursos de historiadores, como Jaques Le Goff e Pierre Nora na abertura da obra *Faire de l’histoire: Nouveaux problèmes* de 1974: “No momento atual, o domínio da história não encontra limites e sua expansão se opera segundo linhas ou zonas de penetração que deixam entre elas terrenos já cansados ou ainda baldios[...].” (LE GOFF, NORA, 1988, p.11).

O percurso das mudanças na produção historiográfica durante o século XX, brilhantemente difundido com o signo de *La nouvelle histoire* pela produção francesa, atinge, em meados da década de 1960, uma força e um fôlego que justificariam as afirmações de Le Goff e Nora. Exemplo dessa consolidação pode ser

encontrado no Colóquio da Escola Normal Superior de Saint- Cloud, em 1965, com o tema *A História Social: problemas, fontes e métodos*.

É importante esclarecer que esse processo de forma alguma ficou restrito aos pesquisadores franceses, uma vez que em vários países ocorrem debates, novas pesquisas, mudanças na produção teórica e historiográfica.

A produção inglesa desse período, com Hobsbawm, Carr e Thompson, desenvolve uma ampliação conceitual na crítica ao determinismo econômico muito clara nas análises do desenvolvimento do capitalismo e, na ideia da história vista por baixo, enfoca os estudos de grupos sociais antes relegados ao esquecimento.

As mudanças profundas promovidas na historiografia afetaram diretamente a definição do documento para o historiador e as formas de tratamento das fontes. Le Goff define essas mudanças como uma verdadeira “revolução documental”:

[...] por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são para a história nova, documentos de primeira ordem. (LE GOFF, 1995, p. 28-29)

A historiografia brasileira, não passivamente, participa desse processo. A produção de Sérgio Buarque de Holanda é exemplo desse esforço conceitual e metodológico nos estudos da História do Brasil e, em particular, de São Paulo. Nas palavras de Laima Mesgravis:

Sérgio Buarque de Holanda foi pioneiro ao ressaltar a importância dos fatores demográficos na economia e sociedade paulistas, não como estudioso da questão, mas como estimulador da curiosidade e questionamentos por parte dos pesquisadores das décadas que se seguiram a 1960. (MESGRAVIS, 1988, p. 97)

Mesgravis continua:

A preocupação indagadora, a valorização da pesquisa empírica – tão necessária em um país que ainda não conhece aspectos elementares da sua história –, a formulação de hipóteses novas exerceram poderosa influência entre seus discípulos [...].(MESGRAVIS, 1988, p. 98)

A influência que Mesgravis comenta está presente em sua própria pesquisa sobre a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (MESGRAVIS, 1976). Enfrentando uma temática incomum para a época e buscando discutir, no terreno da

História, a assistência social no Brasil, a autora analisou uma das principais instituições assistenciais e tornou-se referência para diversos trabalhos posteriores na mesma área. Ainda que a criança não seja tomada como enfoque principal, essa temática é amplamente discutida.

Assim, o historiador sentiu-se liberado para novos enfrentamentos, e as condições da criança no Brasil passaram a ser um de seus temas. Somando-se às pesquisas de outras áreas, a historiografia brasileira inicia sua produção nesse campo. Conforme Esmeralda Moura,

Ainda que essa manifestação de interesse em relação à criança – assim como em relação à mulher e à família – tenha encontrado estímulo no consistente referencial-teórico-metodológico de que se imbuía a historiografia estrangeira – européia, no geral, e francesa, em particular – não deixou, no entanto, de encontrar alento, também, em necessidades sociais contemporâneas que, de várias formas, convergiam para a infância. Em abordagens alinhadas com a História Econômica, a História Social, a Demografia Histórica, o envolvimento dos historiadores brasileiros com a infância mostrou-se, a partir de suas manifestações iniciais, é importante reforçar, sensível às inquietações sugeridas pelo presente. (MOURA, 2007, p. 14-15)

A década de 1980 se inicia com um novo **Código de Menores** (Lei nº 6.697/1979), aprofundando a discussão da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e sua orientação nas relações do Estado com as crianças e os adolescentes, definidos como em situação irregular. É uma década em que o Brasil vive uma reação a esse tipo de ação governamental e que marcou nossa sociedade. As mais diversas organizações envolvidas com a defesa dos direitos humanos e, mais especificamente, com os direitos das crianças promovem ampla discussão sobre a infância, entre outros motivos pelas atividades do UNICEF, que celebrou o ano de 1979 como o Ano internacional da Criança, momento em que (...) "Começava a chamada **Década dos direitos**. Milhões de crianças aprenderam os princípios da Declaração dos Direitos da Criança, publicados em seus cadernos escolares" (UNICEF, 2009).

Os direitos humanos, a liberdade de expressão e os movimentos sociais ganham cada vez mais destaque na imprensa e em outros meios de divulgação e debates. A temática da criança continua ganhando espaços, principalmente nas denúncias contra as FEBEM's e contra a ação do estado. Juntamente com a

problemática das crianças pobres nas ruas, novamente a temática do “menor” ganha notoriedade.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 é considerada um marco dos esforços para a superação da herança do apadrinhamento e o fortalecimento de uma sociedade baseada nos direitos. Essas mudanças podem ser evidenciadas, por exemplo, no reconhecimento da saúde como “direito de todos e dever do Estado” (art. 196) princípio legal que proporcionou a regulamentação do Sistema Único de Saúde, seguindo as bases da 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986.

Movimentos sociais, como o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, promovem forte debate diante da possibilidade de mudanças na legislação brasileira, conquistando a aprovação do art. 227 na Constituição Federal de 1988:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

O Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 1990, regulamentou esse e outros artigos, substituiu integralmente o Código de Menores de 1979, e o Brasil passou a possuir legislação considerada como uma das mais avançadas na questão da infância e da adolescência até nossos dias.

Essas e outras questões, incluindo as discutidas aqui, propiciaram que a produção historiográfica brasileira sobre infância superasse a produção tímida de até então (FICO; POLITO, 1994; CAPELATO, 1995) e que alcançasse números respeitáveis na década seguinte.

Os primeiros trabalhos, publicados ou não, possuem forte ligação com os estudos da família e da ação do Estado, tendo como temática central o abandono e a maneira como se portou a sociedade brasileira diante do problema, principalmente as medidas institucionais nos séculos XVIII e XIX (VENÂNCIO, 1988).

Exploração no trabalho, exclusão social e situação de abandono da criança constituem a maioria das abordagens nessas últimas décadas. Essa tendência pode ser verificada em núcleos e grupos de estudos universitários, caso das obras

História Social da Infância no Brasil, produzida pelo Núcleo de Estudos Avançados da Universidade São Francisco (FREITAS, 1997) e **Crianças e adolescentes: a arte de sobreviver**, entre outras produções do Programa Multidisciplinar de Estudos Pesquisa e Defesa das Crianças e dos Adolescentes da Universidade Estadual de Maringá (MORELLI, 1996; MORELLI, 1999; MÜLLER, MORELLI, 2002; MÜLLER, RODRIGUES, 2002; MÜLLER, 2007).

No dossiê *Infância e Adolescência* da **Revista Brasileira de História** (1999) e na obra organizada por Mary Del Priore (1999) **História das crianças no Brasil**, é possível também identificar a tendência dessas décadas. A predominância dos primeiros temas, relacionados à pobreza, às instituições e à minoridade, dá abertura para outras temáticas, como do trabalho rural, de crianças de elite, das brincadeiras e brinquedos, das memórias da infância.

A questão do lúdico e das brincadeiras (Cardoso, 2004) tem chamado a atenção de vários pesquisadores. No caso dos estudos de orientação historiográfica da educação, o enfoque sobre a criança na escola abre uma nova perspectiva para o desenvolvimento desse tema (FARIA FILHO, 2004). As pesquisas sobre a criança como aluno, como pessoa que interage dentro de uma instituição escolar e na sua relação com a escola e com a comunidade, apesar de ainda configurar uma produção pequena, contribui para a aproximação entre pesquisadores de outras áreas e historiadores.

Essa ampliação dos temas proporciona condições mais promissoras para se aprofundar historiograficamente a questão levantada por Ariès referente ao sentimento de infância: "O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem" (ARIÈS, 1981, p. 156).

O campo das pesquisas historiográficas sobre a infância e a criança cada vez mais está se firmando e tem trazido várias inovações no uso das fontes, apesar das dificuldades encontradas. Como afirma STEARNS:

A história das crianças e da infância vem fascinando muitos historiadores contemporâneos, e o campo, neste exato momento, está uma vez mais ganhando terreno. Esses historiadores admitem que há aspectos da experiência das crianças que não podemos apreender totalmente, pela falta

de evidência direta, porém sustentam que é possível reunir sólido conhecimento sobre a condição infantil no passado e sobre as mudanças na natureza da infância (STEARNS, 2006, p. 15).

A preocupação em desenvolver pesquisas com fontes que permitam o acesso às evidências diretas sobre as crianças continua presente. Com o objetivo de superar esse problema, pesquisadores e grupos investem na produção de fontes orais, no recolhimento de material produzido ou utilizado por crianças que seriam descartados (brinquedos, redações, desenhos, músicas, entre outros), principalmente nas instituições, tais como escolas e igrejas.

No Brasil, esse processo ainda exige muitos investimentos e debates, muita pesquisa, assim como a estruturação de cursos de pós-graduação a respeito do tema. Exige, enfim, um grande movimento em prol da consolidação desse campo de estudo, o que inclui o levantamento e o inventário de fontes apropriadas para o aprofundamento das pesquisas. Entendemos que há muito ainda por estudar, quanto à história da criança no Brasil, principalmente diante das mudanças ocorridas após o Estatuto da Criança e do Adolescente. E, continuando os trabalhos do Programa de Estudos, Pesquisa e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (PCA), criando em 1993 na Universidade Estadual de Maringá, estamos organizando o Laboratório de Apoio à Pesquisa Histórica da Infância e da Adolescência.

E obter as fontes apropriadas para o aprofundamento dessas pesquisas é uma preocupação básica e constante, principalmente como temáticas em seu início.

Coordenar o Núcleo de Estudos Avançados em História Social da Infância tem exigido esforços contínuos no sentido de "mapear" a produção acadêmica a respeito do tema. Para além desse "mapeamento" um outro empenho sobreleva-se, qual seja, o de organizar com rigorosos critérios arquivísticos fontes primárias para o estudo multidisciplinar da história da infância no Brasil. (FREITAS, 1997, p. 09)

A preocupação com fontes tem crescido na área. A necessidade de material que permita pesquisa em temas não muito valorizados anteriormente é um grande obstáculo. A demografia histórica conseguiu material investigando os chamados documentos oficiais, por exemplo, nos cartórios. Os arquivos escolares é outro campo

que precisa de investimento, pois além de necessitar resgates rápidos, sua organização e, portanto, preservação, ainda é uma questão em aberto. (GUSMÃO, 2005) Além da problemática que envolve os documentos nas cidades fora dos grandes centros, onde o problema de preservação e acesso é muito grave.

Um documento queimado, deteriorado por umidade ou por falta de instalações apropriadas pode representar, além de grandes dificuldades para o historiador, mais uma lacuna de nossa História. Afinal, as dificuldades e problemas da organização de arquivos no Brasil, relacionados a um descaso e falta de conhecimento de sua importância, fazem parte de nossa realidade tornando-se, entre outros problemas, uma desgraça para o pesquisador.

Na análise de Célia Camargo, percebemos uma das soluções encontradas nas últimas décadas:

A solução encontrada foi criar, na universidade, centros especializados na preservação e organização dessas fontes, trazendo para perto do pesquisador o material necessário ao desenvolvimento de suas pesquisas. Dessa forma, resolvia-se o problema do acesso às fontes e, ao mesmo tempo, envolvia-se a universidade na tarefa premente de participar dos esforços de preservação da memória, nacional ou regional, conforme o caso. (CAMARGO, 1999, p. 57)

As universidades desenvolvem atividades nas cidades buscando essa organização nos próprios organismos governamentais ou assume a guarda desses documentos. Essa prática, comum nos grandes centros, ocorreu e ocorre em várias universidades que se encontram nas cidades do interior, como na Universidade Estadual de Maringá (UEM), com a criação em 1986 do Centro Paranaense de Documentação e Pesquisa (CPDP).

O desenvolvimento de pesquisas voltadas para regiões fora dos grandes centros – os quais possuem destaque dentro de nossa historiografia - vêm proporcionando, entre outros avanços, o levantamento e organização de fontes antes fadadas a perecer por estarem depositadas em locais inadequados. É possível dizer que ainda hoje, em praticamente todos os municípios brasileiros encontramos documentos públicos nessa situação aguardando uma solução. E, por não se atribuir a eles alguma importância; não é incomum encontrar essa massa documental como “arquivo morto” em porões, subsolos, garagens ou barracões por longo tempo.

O levantamento e a divulgação de fontes contribui também para minorar os problemas de organização e preservação. Levantamentos são mais comuns, pois verificamos na produção das ciências humanas referências a documentos das mais variadas origens. A divulgação desses documentos, de forma sistemática, torna-se realmente o problema maior. Além de verificarmos a falta de veículos apropriados ou mesmo locais especializados para receberem e divulgarem essas informações, verificamos como essa questão não recebendo muita atenção, pois muitos desses dados acabam sendo guardados pelos pesquisadores, ou sem dúvida, muitas informações após tornarem-se “arquivo morto”, são descartadas numa limpeza doméstica. A criação dos Sistemas de Arquivos Universitários tem apresentado um caminho para diminuir esse problema.

A valorização do trabalho de levantamento de documentos possibilitaria a abertura de novos campos de trabalho para pesquisadores, especialmente como iniciação científica, e um trabalho de orientação junto aos detentores desses documentos, poderia contribuir para a divulgação da importância de sua preservação.

De maneira geral, o levantamento de fontes nas cidades onde não há um arquivo municipal torna-se um difícil desafio para o pesquisador. A própria idéia de arquivo municipal está começando a ser difundida e tem conseguido pouca valorização junto aos organismos públicos. É importante manter presente que a fiscalização das ações do poder público é recente e tem contribuído para o desenvolvimento de instrumentos e atitudes mais efetivos.

Dessa forma, nos deparamos com duas grandes dificuldades no trabalho de ampliação da organização documental dos municípios em geral: primeiro, os próprios pesquisadores normalmente não organizam a documentação encontrada e, quando o fazem, não divulgam esse material sistematizado; segundo, a administração pública no país ainda não vêem na organização de arquivos municipais uma prioridade e essa atividade ainda é considerada atribuição dos setores ligados à cultura e não da administração direta.

Na literatura corrente encontramos estudos sobre a arquivologia aplicada aos arquivos municipais. Porém, nos cursos de história pouco se discute sobre essa área, dificultando o acesso dos alunos a esse campo de estudo e de trabalho. A organização documental e disponibilização da informação ainda são tratadas como algo alheio ao

historiador. É importante verificar, por outro lado, que apesar do crescimento de cursos específicos de arquivologia, essa área é fundamentalmente interdisciplinar, como a participação da história, do direito e da administração, sem contar a própria ciência da informação. Felizmente, a necessidade de maior interação dessa área tem crescido nos últimos anos, da mesma forma que os estudos sobre metodologia, nos forçando a enfrentar o problema das fontes na pesquisa e na organização dessas.

Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá - FUNDESC

Em 2004, foi firmado um convênio entre a Universidade Estadual de Maringá e a Prefeitura Municipal de Maringá. Após recebermos o acervo documental para tratamento (a última remessa ocorreu no final de dezembro de 2004) a equipe de trabalho foi treinada e iniciamos a higienização (limpeza) dos documentos (retirada de metais, troca de caixas, limpeza direta com escovas adequadas, acomodação mais adequada dos documentos etc.). Durante esse processo, foi elaborada a primeira descrição.

Essa primeira etapa, além de sua utilidade para organização do acervo, foi realizada com o objetivo de encaminhar uma relação geral do acervo para a Prefeitura. Atendendo essa exigência, iniciamos a segunda parte do trabalho, isto é, a revisão das caixas e descrição mais detalhada do acervo.

A elaboração de rápida de uma descrição geral foi necessária, pois, seguindo a tradição de total falta de um sistema de arquivo, a Prefeitura não tinha conhecimento do que exatamente estava arquivado. É importante deixar claro que esse procedimento foi possível principalmente pelo número reduzido do acervo, quase 400 caixas.

De posse dessa primeira “listagem”, objetivamos realizar a fase da descrição detalhada que deverá ser desenvolvida por período de tempo mais prolongado. Como podemos perceber no exemplo da lista abaixo, partindo dos dados levantados na primeira fase, cada caixa é retomada e os dados complementados.

LISTA COMENTADA

CX	Data limite	Documento	Descrição
01	Fev/nov-2002	Projeto Da Rua para a Escola – avaliações mensais.	Avaliações feitas pelo Núcleo Social Papa João XXIII, contendo informações como município, nº de famílias, nº de adolescentes, demonstrativo de encaminhamentos, reuniões com as famílias do projeto, mudanças e alterações de famílias e parecer do Escritório Regional.
01	2002-2003	Projeto Da Rua para a Escola – lista e autorização para retirada de cestas básicas.	Lista classificada conforme os bairros: contém nome do responsável pela retirada da cesta e também a assinatura do mesmo. Autorização: contém nome do responsável, data e endereço do mesmo.
01	Abril/2002	Projeto Da Rua para a Escola – ofício.	Ofício de convite aos coordenadores do projeto para reunião, nº 028/02 de abril de 2002.

Nessa fase, é possível desenvolver paralelamente outro tipo de trabalho: o refinamento dos descritores. O contato com os documentos e a comparação das listas com as caixas vão proporcionando uma experiência muito importante. Determinados termos começam a não dar conta do conjunto de documentos ou de um documento específico, então o conhecimento do funcionamento e da estrutura do órgão que gerou essa documentação torna-se o elemento essencial para uma descrição de qualidade.

LISTA REFORMULADA COM ADEQUAÇÃO DOS DESCRITORES

CX	ENTIDADE	DOCUMENTO	DATA
82	Asilo São Vicente de Paulo	Estatuto do Asilo São Vicente de Paulo – da denominação, sede e fins.	1984
133	Asilo São Vicente de Paulo	Estatuto do Asilo São Vicente de Paulo – da denominação, sede e fins. Obs: são duas cópias do mesmo estatuto.	1984
319	Asilo São Vicente de Paulo	Estatuto do Asilo São Vicente de Paulo – da denominação, sede e fins.	1996
139	Associação Branca Vieira	Estatuto da Associação Branca Vieira – da natureza, fins e duração.	1982
82	Associação Comunitária Criança Feliz	Estatuto da Associação Comunitária Criança Feliz – da denominação, sede, duração e finalidade.	1977
77	Associação Comunitária Criança Feliz	Eleição e posse – Ata de assembléia geral ordinária da Associação Comunitária Criança Feliz, para eleição e posse da nova Diretoria para o exercício de 1988.	1987
77	Associação Comunitária Criança Feliz	Eleição e posse – Ata de assembléia geral ordinária da Associação Comunitária Criança Feliz, para eleição e posse da nova Diretoria para o exercício de 1989.	1989

Com esse trabalho desenvolvido teremos um maior controle do acervo e a reorganização por data-limite possibilita uma análise mais clara do quadro.

CAIXA	DATA	DESCRIÇÃO
215	1968-1992	Leis de regulamentação e criação d entidades assistenciais
76	1970-1989	Registros de nascimento e casamentos
150	1973	Certificado provisório de entidade de fins filantrópicos
369	1973-1978	Livro ponto
77	1973-92	atas de entidades assistenciais
241	1976	Orientações para fundar APMI. Anteprojeto para criação e implantação da creche Sofia e Alexandre Rasgulaeff
241	1976-1982	Estatuto da FDSM
291	1976-1988	Registros de móveis e utensílios
296	1976-1995	Leis, decretos e processos
401	1977	Ofícios
328	1978	Projeto de assistência ao menor
241	1978, 1981, 1982	Relatório da Semana do Idoso

Essa listagem nos permite ter uma idéia do material a ser sistematizado

Acervo oral do “Projeto Memória” Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural (DPHC)

O acervo das entrevistas do Projeto Memória Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural (DPHC) da Prefeitura Municipal de Maringá é produto de um projeto voltado à preservação da memória de Maringá e está dividido em dois conjuntos. O primeiro constitui as entrevistas realizadas entre 1985 e 1987, efetuadas por voluntários e registradas em aproximadamente 130 fitas de áudio. O segundo, iniciado em 1992, transformou-se em uma atividade permanente do DPHC, sendo realizado ou acompanhado por funcionários da divisão. A orientação das entrevistas, assim, começa a ter uma maior uniformidade, e elas continuam voltadas ao processo de chegada à cidade, de aferição das condições materiais, de avaliação das dificuldades encontradas, das relações sociais dentre outros aspectos. A experiência dos entrevistadores, incluindo a relação com o processo anterior, proporcionou uma condução mais aberta, deixando ao depoente a liberdade de tratar de outros assuntos.

As entrevistas foram realizadas em sua maioria com homens e, em alguns casos, com o casal; o conjunto de entrevistas com mulheres apresenta-se em número menor. Os depoimentos de mulheres, possivelmente esposas de pioneiros, possuem uma característica marcante em sua maioria: as falas voltam-se mais às dificuldades que

enfrentavam quanto à responsabilidade de cuidar da família e da casa.

Os depoimentos dos primeiros moradores apresentam uma característica comum, que chama a atenção: a quase inexistência da menção à infância. Possivelmente, trata-se da própria maneira de pensar dessa população, para quem a sobrevivência, ou seja, a meta de conseguir estruturar a manutenção da família era considerada mais importante.

As entrevistas registradas em fitas magnéticas foram digitalizadas em projeto anterior e, ainda, é necessário uma revisão cuidadosa e um tratamento mínimo para disponibilizá-las. Porém, para o trabalho de transcrição elas estão em condições satisfatórias. Não sendo necessário manusear as fitas originais, as quais poderão ser utilizadas para novo processo de digitalização quando e caso necessário. O primeiro passo no processo das transcrições será a revisão das entrevistas já transcritas pela DPHC, conferindo com o áudio e definindo os padrões para todo o acervo aplicar em todo o acervo.

Referências

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

CAMARGO, Célia Reis. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. **CPDOC 30 Anos**, Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2003. p. 21-44.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: FAPESP/UNESP, 1999. p. 57-73.

CAPELATO, Maria Helena R. (coord). **Produção histórica no Brasil: 1985-1994**. São Paulo: Xamã, 1995. 3 v.

CARDOSO. Simone Rossi. **Memórias e jogos tradicionais infantis: lembrar e brincar é só começar**. EDUEL. Londrina. 2004.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **A infância e a educação (1820- 1950): materiais, práticas e representações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FICO, Carlos, POLITO, Ronald. **A História no Brasil: 1980-1989**. Ouro Preto: UFOP, 1994.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História Social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

GUSMÃO, Emery Marques. Arquivos escolares, memória e cultura. **Patrimônio e memória**, UNESP-FCLAS-CEDAP, v.1,n.1, 2005.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE; Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

IYDA, Massako. **Cem anos de saúde pública**: a cidadania negada. São Paulo: Unesp, 1994.

LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

MESGRAVIS, Laima. Aspectos da sociedade paulista no século XIX na visão de Sérgio Buarque de Holanda. In: **SÉRGIO Buarque de Holanda**: vida e obra. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988. p. 95-98.

MORELLI, Ailton J. A inimizabilidade e a impunidade em São Paulo. **Revista Brasileira de História**, ANPUH, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 125-156, 1999.

MORELLI, Ailton José. **A criança, o menor e a lei**. Assis, UNESP, 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1996.

MOURA, Esmeralda B. Bolsonaro de. Por que as crianças? In: CARVALHO, Carlos Henrique; MOURA, Esmeralda Blanco B. de; ARAUJO, José Carlos Souza (org.). **A infância na modernidade**: entre a educação e o trabalho. Uberlândia: UDUFU, 2007. p. 13-48.

MÜLLER, Verônica R., RODRIGUES, Patrícia C. **Reflexões de quem navega na educação social**. Maringá: Clichetec, 2002.

MÜLLER, Verônica Regina, MORELLI, Ailton José (org.). **Crianças e adolescentes**: a arte de sobreviver. Maringá (PR): EDUEM, 2002.

MÜLLER, Verônica Regina. **Histórias de crianças e infâncias**: registros, narrativas e vida privada. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4

Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim...** inventário da saúde pública. São Paulo: EDUNESP, 1993.

STEARNS, Peter N. **A infância**. São Paulo: Contexto, 2006.

UNICEF - **Histórico** - http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9489.htm acesso em jun. de 2009.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Infância sem destino**: o abandono de crianças no Rio de Janeiro. São Paulo, USP, 1988. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.